

de Góes Cruz, Patrícia  
Ambiente Urbano: lugar de restrição espacial e descoberta de novos espaços  
Saúde e Sociedade, vol. 20, núm. 3, julio-septiembre, 2011, pp. 702-714  
Universidade de São Paulo  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263677015>

# Ambiente Urbano: lugar de restrição espacial e descoberta de novos espaços<sup>1</sup>

## Urban Environment: a place of space restriction and discovery of new spaces

### Patrícia de Góes Cruz

Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Professora de Psicologia da Faculdade Tahirih. Endereço: Rua F, 54, Conjunto IPASE, São Jorge Alameda, CEP 69030-390, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: goes\_am@yahoo.com.br

O artigo é parte da dissertação de Mestrado *A criança num ambiente urbano densamente povoado: aspectos de restrição e uso do espaço*, defendida em fevereiro de 2008 no programa de Pós-Graduação de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas.

### Resumo

O desenvolvimento infantil está atrelado a fatores ambientais, sociais e culturais com os quais as crianças se relacionam em sua vivência diária. A criança inicia sua relação com o ambiente por meio da exploração do corpo, interagindo com o ambiente, modificando-se e adaptando-se a este de acordo com suas necessidades, o que favorece o desenvolvimento de sua identidade social. Este trabalho teve como foco principal compreender o ambiente físico e social vivido pela criança num lugar de degradação ambiental e restrição espacial para suas atividades sociais. A abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa, com técnica de análise de conteúdo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 mães e responsáveis por crianças de seis a dez anos de idade, e também um grupo operativo com estas. Os resultados desse estudo indicaram que, num ambiente com restrição espacial e vulnerabilidade socioambiental, as crianças crescem vivenciando riscos constantes, sejam eles psicossociais ou físicos. Por outro lado, essas crianças desenvolvem habilidades de negociação coletiva e plasticidade de uso social do espaço de forma significante. Compreende-se, portanto, que apesar de todo o contexto denso e de vulnerabilidade socioambiental vivenciado no cotidiano da localidade pelas crianças, estas incorporam cognitivamente e afetivamente experiências que lhes permitem aprender a lidar com as adversidades encontradas no dia a dia.

**Palavras-chave:** Criança; Restrição espacial; Lazer; Espaços de errância.

## Abstract

Child growth is linked to environmental, social and cultural factors to which children relate in their daily experience. Children begin their relationship with the environment through the exploration of their body, interacting with the environment, changing and adapting themselves to it according to their needs, and this favors the development of their social identity. This work focused on understanding the social and physical environment experienced by children in a place of environmental degradation and restriction of space for their social activities. The approach that was used was qualitative research with the content analysis technique. Semi-structured interviews were performed with 20 mothers and guardians of children aged 6-10 years, and an operative group was also held with them. The results of this study indicated that, in an environment with restricted space and social vulnerability, children grow up experiencing constant physical or psychosocial risks. On the other hand, these children develop collective negotiation skills and a plasticity of social use of space in a significant way. Therefore, we conclude that in spite of the dense context marked by social and environmental vulnerability that is experienced on a daily basis at those places by the children, they incorporate, cognitively and affectively, experiences that allow them to learn how to deal with the adversities they find everyday.

**Keywords:** Child; Space Restriction; Leisure; Wandering Spaces.

## Introdução

As diferentes cidades, sejam elas grandes ou pequenas metrópoles, encontradas no Brasil mostram certa semelhança quanto aos problemas sociais e ambientais enfrentados, como: imigração, aglomeração, pobreza, periferias geográficas e sociais, desemprego, falta de infra-estrutura, falta de saneamento básico, falta de segurança, depredação dos recursos naturais, entre outros. É nesse contexto que a dinâmica psicossocial dos indivíduos e a construção de lugares se forjam numa relação intrínseca. Dessa maneira, a cidade se manifesta em mosaicos, em parcelas distintas que retratam a sociabilidade presente (Fischer, [199-?]).

Podemos dizer que a cidade é inevitavelmente um território demarcado pelas diferenças, sendo que cada uma delas se instala num pedaço definido do espaço urbano: o centro para uns e a periferia para outros. Esses territórios, porém, não se limitam a um espaço geográfico, mas, sobretudo e principalmente, a um espaço social (Castro, 2005).

Na cidade de Manaus, localizada em pleno coração da Amazônia, não poderia ser diferente, apresentando a realidade das grandes metrópoles com um crescimento acelerado, concentra mais da metade da população do Estado do Amazonas e reflete a realidade da maior parte do país, concentrando 90% de sua população na área urbana. Esse processo de crescimento deu lugar a uma ordem socioambiental da organização (dentro do possível), pois o estado não consegue acompanhar devidamente o crescimento abrupto quer seja da população, quer seja da área urbana. O aumento do espaço urbano de Manaus nos últimos anos correspondeu a uma nova concepção do fenômeno urbano, imposta à população por um espaço já previamente estruturado, onde o que permanece agora é uma restrição de espaço físico e social (Silva, 1988; Bentes, 2005). As pessoas de baixo poder aquisitivo vão ocupando espaços a partir dos locais já construídos, e como ressalta Gottdiener (1993), a ocupação dessas áreas no sentido positivo ou negativo é parte da necessidade do processo capitalista de crescimento urbano, emergindo do processo de desenvolvimento desigual para os padrões espaciais do ambiente construído.

Dentro desse contexto urbano se encontra a

criança em pleno desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social. As crianças que habitam ambientes inadequados para moradia no espaço urbano e periferias sociais convivem com a desestruturação do espaço onde estão inseridas. Assim, as crianças vão construindo subjetivamente sua própria concepção do espaço vivido, e essa desorganização espacial e social passa a ser sentida como parte integrada da vida delas e do espaço urbano (Piaget, 1998).

A forma de apropriação do espaço, das relações estabelecidas com ele e com as pessoas nele inseridas mostra o contexto social e ambiental do desenvolvimento da identidade social dessas crianças que habitam as áreas de ocupações irregulares, mostrando a problemática de como esse ambiente é sentido, percebido e incorporado, podendo interferir em seu comportamento e na construção da sua identidade social (Pinheiro, 2004).

A necessidade de se fazer um estudo sobre esse tema surgiu a partir de minha história acadêmica. Atuando como estagiária e bolsista em áreas residenciais iniciadas por ocupações irregulares na cidade de Manaus, pude constatar a desestruturação socioambiental vivenciada e incorporada diariamente pelas crianças.

No decorrer desse artigo, vamos abordar uma área de ocupação irregular localizada na Zona Leste da cidade de Manaus (AM), tendo como objetivo caracterizar o espaço físico e social das atividades das crianças que vivem nessas áreas, descrever os fatores de vulnerabilidade enfrentados diariamente por elas e enfatizar a restrição espacial percebida e vivida por elas, ao ter de encontrar alternativas na localidade ou buscar fora dos limites de seu entorno lugares para brincar, ficando vulneráveis aos riscos e às adversidades do espaço urbano.

## Trajetória Metodológica

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa descritiva-exploratória e teve por objetivo estudar as características de um grupo ou um fenômeno, proporcionando uma nova visão do problema. O principal método utilizado foi a observação participante, que se constitui numa forma de o pesquisador observar o cotidiano e o contexto no qual as crianças estão inseridas, porém sem interferir neste. A pesquisadora teve um contato direto, frequente e prolongado com os atores sociais e o seu contexto. A inserção na localidade possibilitou exercer a observação e se tornar familiar àqueles sujeitos, assim como visitas esporádicas permitiram compor um cenário de entendimento do cotidiano familiar e das crianças (Chizzotti, 2003; Gil, 1994).

A pesquisa durou 1 ano e seis meses, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 20 mães, caracterizando 6% da população, considerando as unidades domésticas que residiam aleatoriamente em diferentes áreas da localidade (aproximadamente três famílias de cada beco que morassem há pelo menos um ano na localidade). Selecionaram-se mães que tinham sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e dez anos, tendo em vista que nesse estágio de desenvolvimento tais crianças solicitam um tipo de comportamento de uso social do ambiente. Foi utilizado também um roteiro de observação do ambiente, sempre que possível usava-se um gravador, com a devida permissão para gravar a conversa, para posteriormente fazer a transcrição e análise mais severa dos dados coletados.

Além das visitas periódicas, houve a participação de 15 crianças (dez meninas e cinco meninos) e dos adolescentes da localidade nos grupos de atividades de educação ambiental que vinham sendo desenvolvidos, desde junho de 2006, pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos de Grupos Sociais na Amazônia, da ULBRA-Manaus. Foram realizadas atividades socioeducativas e recreativas em diversos temas, como saúde, meio ambiente, habitação, cultura, habilidades sociais, entre outros, sendo planejadas como responsabilidade social da pesquisa, mas de alguma forma contribuíram como oportunidade para obtenção de informações que foram usadas neste estudo.

No trabalho com o grupo de crianças foi empregada a técnica de representação gráfica da criança e do seu espaço socioambiental, que está associada à apropriação e compreensão de seu mundo imediato, pois cada desenho é o reflexo da compreensão própria e individual da criança e do seu ambiente (Piaget, 1998). A pesquisadora dividiu-as em grupos de cinco (conforme a idade), solicitando a cada grupo que desenhasse numa folha de papel branco, 1 m x 0,8 m, com a planta baixa da localidade (feita pela

pesquisadora), contendo apenas as vias de circulação e os detalhes geográficos da área, as atividades que elas fazem nos diferentes lugares de sua localidade. A atividade foi realizada durante 30 minutos. Ao final, cada equipe foi convidada a comentar sua produção. As informações foram gravadas com autorização das crianças, além da autorização já obtida dos pais.

Para trabalhar os dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). As etapas realizadas neste estudo foram: leituras flutuantes de todas as entrevistas coletadas e transcritas, para a apropriação pela pesquisadora do teor do material. Criou-se, assim, um banco de dados que continha todas as informações coletadas, desde a descrição minuciosa do ambiente, das entrevistas e dos desenhos feitos pelas crianças, onde foi possível verificar algumas categorias, como restrição espacial, vulnerabilidade socioambiental, utilização do espaço pela criança e estratégias utilizadas por elas para encontrar espaços de lazer. Assim, os dados obtidos foram analisados e associados a fim de permitir um estudo singular com o objetivo proposto nesse trabalho. Seguindo a orientação dos objetivos da pesquisa, a leitura geral do material coletado possibilitou identificar os temas emergentes, o que permitiu, num segundo momento, identificar os aspectos específicos da temática em estudo.

A pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética conforme preconiza a Resolução 196/1996 do CONEP-MS (Brasil, 1996). Os adultos (pais ou responsáveis) receberam um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme determinação da RE 196/2006, para si e para seus/suas filhos/as para efetivar sua concordância na participação da pesquisa, bem como autorizar suas crianças a participar do estudo.

O estudo foi realizado no período de 2006 a 2008, tendo como cenário uma localidade na Zona Leste da cidade de Manaus (AM), mais precisamente numa área de ocupação irregular que já teve várias denominações, porém agora é chamada de “Ouro Verde”

devido a ser adjacente ao conjunto habitacional Ouro Verde, o que é visto como certo *status* pelos moradores da ocupação. Essa localidade surgiu a partir da ocupação espontânea de uma área de charco constituída de buritizais, cortada pelo igarapé Acariquara e entrecortada por córregos, localizada no Final do Conjunto Ouro Verde, Bairro Coroado III, erguida a partir do espaço já construído e rodeada por conjuntos habitacionais e condomínios de alto poder aquisitivo<sup>2</sup>. Segundo relatos de moradores, a ocupação ocorreu por 20 famílias provenientes do Maranhão, Pará e interior do Estado do Amazonas. Esse fato ocorreu em 1996, apesar da interferência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), juntamente com a Defesa Civil, para a retirada dos ocupantes do local. A área findou como área residencial. Desde então, mais casebres foram sendo construídos e, aos poucos, sendo reformados, surgindo um lugar de moradia, mesmo com vários problemas ambientais.

A localidade possui uma área de aproximadamente 32.663 m<sup>2</sup> num perímetro de 884,91 m (Google Earth). A área verde foi completamente destruída para a construção das casas, que ocupam, de uma forma densa e aglomerada, todo o espaço físico da localidade. Distribuídas nesse perímetro estão aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) casas construídas de maneira não uniforme. Não há uma ordem geométrica, mas topológica, em que as construções foram feitas a partir do relevo que acomodaria um barraco, que depois vai se tornando gradativamente uma casa, mais bem-estruturada (Higuchi, 1999). Nessas casas convivem famílias nucleares constituídas de pais, filhos, irmãos, parentes, num total de seis a oito pessoas por casa. Há uma quantidade razoável de pessoas dividindo o mesmo espaço (levando em consideração a estrutura física), de modo que seus ocupantes possuem restrições severas de privacidade corroborando com a informação de Souza e Oliveira (2003) de que, em aglomerados como esse em estudo, ocorre um fenômeno de adensamento de unidades domésticas num mesmo pequeno espaço.

<sup>2</sup> A escolha dessa área deu-se a partir de uma pesquisa maior desenvolvida pelos pesquisadores da ULBRA, realizada na localidade ainda denominada Carijó, entre 2002 e 2004, tendo como título *Saúde integral da família em situação de risco socioambiental na periferia de Manaus*, financiada pelo CNPq, contando com a participação de vários pesquisadores e de alguns bolsistas. Fui convidada a integrar como bolsista AT em 2003. A pesquisa teve prosseguimento no ano de 2005, com o agora denominado Grupo de Estudos de Grupos Sociais na Amazônia-CEULM-ULBRA, criado em 2004, onde atuei como colaboradora.

Os becos são as únicas vias de circulação das pessoas na localidade, são barrentos como nichos de paradas aqui e acolá onde as crianças montam seu espaço para brincarem. Os espaços de uso coletivo são mínimos, devido ao aglomerado das casas e ao restrito perímetro residencial da localidade, entrando em concordância com a análise feita por Fisher ([199-?]) de que essas vias de circulação são áreas intersticiais que se tornam de uso público, não só de mobilidade, mas, sobretudo, de interações com vizinhos e lazer para crianças. Verifica-se que os becos são lugares de microacontecimentos, seja de passagem ou de encontros.

A localidade tem em seus inúmeros becos pequenas pontes de madeira para viabilizar a movimentação dos moradores, já que esta é entrecortada por igarapés. É um ambiente alagadiço; quando chove torna-se difícil sair ou entrar em casa. Possui um sistema clandestino de água e energia na maioria dos becos. O esgoto é totalmente inexistente, sendo os dejetos e o lixo jogados nos córregos e no igarapé. As crianças vivenciam essas condições precárias de higiene do lugar, a poluição e o odor fétido causado pelo lixo. Ao identificar a origem da população residente na localidade, constatou-se que a maioria dos entrevistados são nascidos em Manaus (39%), seguidos dos nascidos no interior do Amazonas (39%) e dos advindos de outros Estados (22%). De forma geral, todos buscam melhores condições de vida e acabam se deparando com uma realidade não muito satisfatória, devido ao ambiente alagadiço e insalubre que habitam.

As famílias que habitam o lugar possuem renda entre menos de um salário mínimo e dois salários, para dividir em gastos com educação, transporte, alimentação, vestuário, entre outras. A principal atividade econômica é fazer “bicos” como pedreiro, auxiliar de pedreiro, pintor ou serviços gerais. São poucos os que possuem carteira de trabalho assinada. As mulheres complementam o orçamento trabalhando como costureiras, vendendo produtos de beleza, como manicures ou ainda como diaristas. O baixo nível de escolaridade das mães e dos pais é uma característica das famílias de baixa renda. Cerca de 40% das mães e dos pais têm apenas o ensino fundamental incompleto (6º ao 9º ano). Destaca-se, a partir desse contexto, a concentração no setor

terciário onde se incluem as atividades do mercado informal caracterizado pelo trabalho com pouca qualificação (Souza e Oliveira, 2003).

Verificou-se que 65% dos moradores da localidade estão divididos entre adolescentes com idade entre 11 e 17 anos e crianças com idade entre 1 e dez anos, apenas 2% são idosos. Esses dados mostram que a população da localidade apresenta uma população jovem, caracterizando as áreas de periferia onde os jovens ultrapassam o número de adultos e idosos, (Souza e Oliveira, 2003).

O espaço público de lazer mais próximo da localidade é uma pequena praça que fica logo após umas das escolas que atende ao conjunto habitacional e à localidade. Porém, segundo moradores da localidade, os moradores do conjunto Ouro Verde não gostam que as pessoas da localidade frequentem a praça. Há uma disputa por espaço envolvendo a diferenciação de classes (Fischer, [199-?]). Outro espaço é o Clube do Trabalhador - SESI -, que é frequentado por estes quando está aberto ao público, pois só entra quem é associado, situação em que os moradores da localidade não se encaixam.

A religião para as mães e as crianças acaba sendo uma forma de estudo e lazer, já que para elas não existem outras atividades. Participar nos finais de semana dos grupos de estudo religioso, canto e dança, é a única forma de lazer que encontram para não permanecerem na rotina de cuidar da casa e dos filhos.

Assim, o dia a dia na localidade é um universo à parte, onde os conflitos vivenciados deixam as famílias e crianças vulneráveis diante de algumas situações. Estes, além de enfrentarem a vulnerabilidade ambiental de um terreno alagadiço e rodeado por lixo, enfrentam a vulnerabilidade social da falta de segurança e de políticas públicas eficientes voltadas para eles.

## Resultado e Discussão

### Relação da criança com seu lugar de moradia

As crianças da localidade “Ouro Verde” que participaram da pesquisa tinham idade entre seis e dez anos, ou seja, encontravam-se em pleno processo de desenvolvimento psicossocial contínuo. Curiosas, elas buscavam explorar todo seu entorno, utilizan-

do-se da assimilação dos diferentes estímulos e variáveis do lugar para uma melhor compreensão e interação com o ambiente. À medida que elas experienciavam e exploravam o ambiente, funcionavam como um sistema organizador, evoluindo de acordo com o aumento da complexidade das atividades de percepção e assimilação dentro de seus limites básicos. Dessa maneira, no final do estágio, o qual Piaget (1998) classifica como “sensório motor”, que abrange a idade citada, há separação entre ação e percepção, o que torna a criança capaz de assimilar e acomodar de uma forma mais específica os diferentes objetos e ambientes vivenciados por ela, ou seja, por meio de sua vivência sensório-motora e das interações sociais, tem a possibilidade no seu desenvolvimento de construir impressões, significados e acomodar aprendizado sobre um determinado ambiente, atribuindo aspectos sociais associados à geografia do lugar (Higuchi, 1999).

Partindo desse ponto, a relação dessas crianças com o ambiente dá-se de forma complexa; diariamente elas vão organizando o espaço de acordo com a evolução da idade: começa por volta de cinco anos, o lugar de moradia da criança é concebido como uma coleção de objetos de uso doméstico, mas que não constitui um todo unificado, parecendo não haver relações entre os mesmos e, quando há uma identificação, passa a ser entendida de forma imediata e direta. Após essa idade, a criança demonstra organizar o entendimento do espaço de moradia em áreas de alcance geográfico, partindo do interior da casa, sendo a casa o primeiro e único construtor espacial compreendido como moradia. Um pouco mais tarde, a criança passa a integrar o quintal a esse foco central da casa e áreas adjacentes, mas sempre limitado ao terreno. Portanto, ela passa a incluir nesses domínios a rua mais próxima de sua casa e, mais tarde, consegue visualizar a casa, num conjunto com as demais casas da vizinhança, como seu local de moradia (Higuchi, 1999).

Portanto, o ambiente da criança vai saindo de uma concepção de espaço micro para macro, dependendo não somente do lugar, do cenário ambiental, mas também dos elementos presentes e da sua distribuição, além das inúmeras variáveis que influenciam: cultural, econômica, social, de situação, que moldam o comportamento e a identidade,

assim como esta também influencia no ambiente (Mira, 1997).

A partir desse processo, as crianças, com o passar do tempo e da sua relação com o ambiente vivido, vão percebendo e identificando os principais pontos da localidade que são de importância no seu cotidiano, os comércios frequentados, os diferentes becos, a poluição do igarapé, a escola, ou seja, até onde vão, onde frequentam, sendo o espaço conhecido e reconhecido por elas. Assim, as imagens mentais do espaço vivido são acomodadas diariamente formando um mapa cognitivo de um determinado espaço, representado com suas características físicas e sociais a partir da imaginabilidade das crianças que vivem na localidade (Lynch, 1997).

É a partir das estruturas simbólicas reconhecíveis, como as delimitações das ruas, do comércio, da vizinhança e outros, que ela vai organizando a estrutura simbólica do ambiente, o que contribui para diminuir o medo de estabelecer uma relação emocionalmente segura entre ela e o ambiente mais próximo ou mais longínquo. Dessa forma, essa vivência do lugar, do conhecimento e reconhecimento diário dos diferentes espaços que compõem esse lugar e de outros ambientes é que desenvolve na criança o sentimento de pertença ao lugar (Piaget, 1998).

Assim, esse ambiente vai sendo incorporado pelas crianças que o vivenciam: o rio poluído, o lixo espalhado nos becos, a falta de espaço, esses aspectos de desestruturação ambiental acabam sendo vivenciados como parte da paisagem do lugar e do ambiente urbano. Em seus desenhos, as crianças representavam as brincadeiras e onde estava o trânsito do rio e córregos, elas acrescentavam pneus, garrafas pet, latas, ou seja, acrescentavam ao igarapé a imagem percebida e incorporada no dia a dia. Essa imagem é como se faltasse algo, um detalhe ao desenho, o que faz parte da paisagem da localidade. Dessa forma, a representação gráfica das crianças está associada à apropriação e compreensão do seu mundo imediato, ou seja, da sensibilidade desta diante do espaço vivido e compreendido por ela (Piaget, 1998).

Compreende-se que a história dessas crianças vai se compor a partir do ambiente que vivenciam no dia a dia, da imagem do lugar, da experiência

sensorial, motora, emocional e social, do aprendizado, da imaginação e da memória. É no lugar onde habita que ela encontra uma fonte inesgotável de estímulos, de conhecimentos, aprendizados e interrelacionamentos, os quais desempenham um importante papel no processo de sua formação.

### Espaços do entorno: onde acontecem as brincadeiras

De modo particular é possível verificar como as crianças usam socialmente o lugar do entorno da moradia para brincar e como se relacionam com este por meio do corpo. Num lugar onde não há necessariamente espaços reservados para atividades exclusivas, as crianças criam e reivindicam espaços para sua mais importante atividade: a ludicidade.

As brincadeiras das crianças na localidade começam dentro de casa e se estendem até o beco. Os lugares mais requisitados ou preferenciais são os becos onde está localizada a moradia, pois permanecer nesse lugar parece ser mais seguro, brincar enquanto a mãe olha pela janela ou pela porta entreaberta, como vemos no comentário de uma menina de dez anos:

*“tia, eu fico mais no beco Anne em frente de casa, pula corda com a Tani é legal”; “eu brinco em todos os becos, de manja, a gente corre na rua da escola, mas fico mais tempo aqui perto de casa”*. Depois vêm os lugares mais longínquos, que são os outros becos que compõem a localidade e a rua onde está localizada uma das escolas do conjunto habitacional “Ouro Verde”. Dessa forma, os becos são explorados para as brincadeiras, sendo que cada um deles é espaço para um tipo diferente de brincadeira, não são apenas espaços de transição, mas de práticas paralelas, tornam-se domínios de apropriação de quem chegar primeiro, e essa ocupação é temporária, correspondendo somente ao tempo que o grupo o utilizará para realizar determinada atividade (Fischer, [199-?]).

Como não existem ruas na localidade, as crianças buscam as poucas ruas largas do conjunto habitacional Ouro Verde para brincar, mas a rua, que antes era espaço para inúmeras brincadeiras, com o incremento do número de automóveis e a insegurança perdeu uma série de funções, entre as quais a possibilidade de seu uso pelas crianças (Oliveira, 2000). O fluxo

contínuo de automóveis e os inúmeros buracos contribuem para que a brincadeira não aconteça, ou seja, mais uma vez elas têm de se deslocar para outro local ou, ainda, voltar para os becos em busca de um lugar para brincar.

As pontes de madeira que ligam um beco a outro também servem para diversificar a brincadeira. Os meninos passam horas nas pequenas pontes cutucando com um pedaço de madeira o lixo que está dentro do igarapé, e que muitas vezes é reaproveitado nas brincadeiras, improvisando brinquedos de alguns materiais como garrafa pet e pedaços de madeira, utilizados em brincadeiras como Taco na Bola (a madeira é utilizada como um taco, que deve acertar a bola confeccionada de papel amassado e enrolado no saco plástico até acertar o espaço que fica entre duas garrafas pet que funciona como gol onde o outro menino com um taco também tenta evitar a entrada da bola protegendo o gol; dessa brincadeira participam duas pessoas, os outros ficam esperando a vez), Derruba Garrafão (bola de papel amassado enrolado no saco plástico para acertar a garrafa Pet). Dessa maneira, a criança da localidade usa o brincar para explorar o ambiente no qual está inserida, apropriando-se dos materiais que encontra no próprio meio para estabelecer essa relação. Interpretando e inter-relacionando-se com o mundo circundante (meio e pessoa), vai construindo seu conhecimento sobre o lugar que habita, para ir aos poucos construindo sua própria concepção do lugar, apropriando-se deste como “seu espaço” (Neto e Malho, 2004). É nesse domínio territorial que desenvolvem suas brincadeiras, as quais são diversificadas, mas há, em quase todas elas, a centralidade do corpo como objeto principal de ludicidade. A criança da localidade utiliza-se de forma criativa do pequeno espaço que tem e do material encontrado no próprio espaço para inventar suas próprias brincadeiras ou adequá-las à realidade encontrada. Há um funcionamento e uma utilização real do espaço, onde o sujeito desenvolve estratégias próprias que geralmente terminam em reorganização simbólica do espaço (Rabinovich, 2004).

O grupo para brincar vai se formando aos poucos, um menino aparece sozinho jogando bolinha de gude, depois aparece outro, em poucos minutos já se encontra um grupo misto. Não há um horário

estipulado por eles ou pelos pais, as brincadeiras acontecem a qualquer momento, em diferentes horários, seja de manhã, de tarde ou início da noite. Também não há restrição dos dias, pode ser diariamente, durante a semana ou nos fins de semana, mas é neste que as crianças têm maior flexibilidade de horário por não terem de acordar cedo para ir à escola. A brincadeira vai se modificando de acordo com os acontecimentos no espaço; quando não dá mais para jogar bolinha de gude devido à movimentação das pessoas e motos no beco, então é hora de brincar de polícia e ladrão, não pode mais gritar porque a vizinha briga, então é hora de brincar no outro beco de taco na bola, e assim sucessivamente. Como verificamos no comentário de uma das crianças: “*Quando não tem espaço na frente da minha casa para brincar, a gente brinca em todo resto do beco, se a mulher não reclamar do barulho, senão, vamos para outro beco*” (menino, nove anos). Assim, o que existe é uma plasticidade dessas crianças, que aprendem diariamente a adequar a brincadeira de acordo com a circunstância e o local (Fischer,[199-?]).

Nas atividades desenvolvidas com as crianças, foram encontradas diferenças de gêneros com referência às brincadeiras representadas nos desenhos feitos por elas: os meninos desenharam garotos soltando pipa e jogando bola, representando suas atividades na localidade. As meninas desenharam suas casas, meninas pulando corda, brincando de elástico, mostrando as brincadeiras de que mais gostam. No entanto, a diferenciação entre as brincadeiras de meninos e meninas identificada nos desenhos se alterna um pouco na realidade encontrada.

Ao verificar as brincadeiras desenvolvidas nos diferentes becos, talvez devido ao espaço restrito, o que se via eram meninos e meninas interagindo num mesmo espaço e numa mesma brincadeira sem diferença entre eles, por exemplo, em dias alternados vivenciados na localidade foram encontrados meninos e meninas jogando bolinha de gude. Devido ao restrito espaço para suas brincadeiras estar sendo disputado com as pessoas que por ali passam, ou com os próprios moradores e com os pais, as crianças se dividem para brincar, elas se agrupam e dividem a mesma brincadeira demonstrando que por meio do grupo podem defender o pequeno espaço de lazer. A falta de espaço social desses grupos,

ou seja, a necessidade de ocupar um lugar mínimo que seja para trabalhar o corpo e brincar pode possibilitar lutas por espaço, sendo sentida a cada dia a necessidade de ter um espaço individual e social. Portanto, as adequações das brincadeiras e do comportamento ao ambiente encontrado são essenciais para estabelecer as relações sociais sem entrar em conflito ou numa disputa por espaço (Carlos, 2001; Vigotsky, 1989).

### **Riscos e adversidades encontradas na hora do brincar**

Dentre as inúmeras adversidades enfrentadas pelas crianças para desenvolver suas brincadeiras, a restrição espacial é condição primária do lugar. As crianças procuram realizar as brincadeiras onde há espaço disponível naquele momento; se os pais estão reunidos em frente à casa no beco, se o material de construção está ocupando parte do outro beco, logo surge uma alternativa, a brincadeira sai de um espaço horizontal para um vertical, onde as poucas árvores da localidade se transformam em um verdadeiro parque de diversões. A criança da localidade gosta de e necessita movimentar-se, exercitar seu corpo e equilíbrio no espaço, pois brincar livremente contribui para o aprendizado motor diante das dificuldades no ambiente. Então a brincadeira passa a ter um valor adaptativo, pois permite o desenvolvimento de comportamentos úteis em situação de baixo risco, testando limites sem sofrer possíveis consequências adversas. No entanto, o que se vê na localidade é a brincadeira vivenciada com os riscos reais na vida cotidiana de cada criança, deixando-as mais vulneráveis e expostas às adversidades do lugar onde estão inseridas (Bruner, 1976).

O vai e vem constante das pessoas do próprio lugar ou ainda de pessoas que acessam os becos para cortar um caminho ou das motos que passam com muita velocidade são aparentemente obstáculos e risco para essas crianças, como comenta um menino de nove anos:

*“tia a gente tá brincando e às vezes nem vê a moto, ela bateu na menina que estava brincando com a gente de manja, ela não morreu não, mas ficou toda ferida”*. Dessa forma, bem no meio da brincadeira as crianças deslizam no espaço disputado, espremendo-se entre as cercas e os portões, sobem no batente de

forma tão rápida e hábil deixando a moto passar, ou os adultos carregados adentrarem sem perceber o evento recreativo em andamento. Esses, que podemos denominar de obstáculos, para elas talvez não sejam em essência obstáculos, mas apenas situações que podem ser contornadas em alguns momentos e com alguma estratégia que rapidamente surge no grupo. Parar a brincadeira por alguns segundos, tirar a garrafa ou gritar para quem vai passando “não pisa na bolinha” (menino 8 anos) é coisa já pensada. Dessa maneira, o lugar que a criança poderia considerar “só seu” para brincar é, mesmo assim, um território inexistente, pois a elas não é permitido ter esse território individual. É na coletividade da casa ou do beco que a mente se organiza para personalizar o espaço que o corpo ocupa naquele momento. Essas crianças estão aprendendo que tomar posse de um lugar é poder usá-lo nesse momento presente, sem, contudo, poder chamá-lo de seu. Na aglomeração não há parcelamento do espaço para pequenas necessidades pessoais (Higuchi, 1999).

As histórias contadas por elas também dão uma compreensão melhor desse cotidiano: “*tia a gente não tem onde brincar, quando a gente ta brincando de polícia e ladrão a mulher reclama, diz: ‘tem gente dormindo’, aí eu falo, ‘então aluga um campo para a gente brincar’, gostaria que tivesse um campo, um parquinho*” (menino, nove anos). Esse lugar onde a criança vai se desenvolvendo, estabelecendo relações diárias, possui suas próprias condições sociais que vão produzindo e reproduzindo a infância na localidade. Assim, a identidade social e espacial vai se formando dentro desse espaço, sendo incorporado a partir da singularidade de cada uma delas (Fischer, [199-?]).

Em relação à vulnerabilidade social, podemos citar a falta de recurso das famílias; os meninos tinham a responsabilidade de ajudar os pais na renda como vendedores ambulantes na feira, por isso acabavam se ausentando e até desistindo de participar das atividades do grupo de educação ambiental. Já as meninas tinham a responsabilidade de tomar conta dos irmãos menores e cuidar da casa enquanto os pais tinham de trabalhar. Quando chegavam para a reunião do grupo, sempre vinham com o bebê nos braços, que mais parecia uma boneca, o

que as levava a desempenhar atividades e papéis que seriam dos pais e não delas. Dessa forma, tanto os meninos quanto as meninas acabam se preocupando com aspectos que fogem ainda a sua compreensão, favorecendo um amadurecimento precoce dessas crianças. Kotliarenco (1997) aponta que, para essas crianças, o brincar e trabalhar são atividades intrincadas no cotidiano e que o contexto sociocultural e econômico em que elas vivem interfere na forma como se relacionam com outras pessoas e com seu entorno, havendo uma correlação entre fantasia e sociabilidade. As diferenças socioeconômicas funcionam então como um fator de plasticidade na manifestação das brincadeiras, pois o processo de socialização ao qual são expostas se torna empobrecedor para o seu desenvolvimento cognitivo e linguístico.

Outro fator de vulnerabilidade é o igarapé poluído que, além do odor fétido, também é povoado por ratos, baratas e outros animais. O lixo encontrado espalhado pelos animais nos diferentes becos é outro fator que implica na saúde das famílias e crianças da localidade, pois as brincadeiras acontecem exatamente no espaço encontrado, seja ele qual for. Este se torna familiar às crianças que o habitam, que muitas vezes não conseguem perceber dentro do espaço vivenciado o que é bom e o que é ruim, pois as características desse espaço são incorporadas e vividas como algo comum, “normal”, ou seja, à poluição do igarapé, os lixos espalhados nos diferentes becos se tornam algo do cotidiano, e as crianças vão se acomodando ao ambiente imposto a elas. Ao desenvolver um passeio pela localidade, foi feita uma caracterização do igarapé, dos becos, das pontes e do que compunha esses diferentes locais, uma das respostas foi: “*tia por onde eu passo só vejo lixo, muito lixo, o igarapé também é cheio de lixo, ainda não tinha visto tanto lixo*” (menina, dez anos). Até então o lixo fazia parte do cotidiano e não era percebido como algo concreto e inadequado àquele ambiente. Verificamos assim que esse espaço desestruturado é percebido e sentido pela criança como um modelo social de organização; a relação no espaço entra no quadro de uma experiência social que a trata como uma linguagem relacionada com condições de vida às quais está exposta (Fischer, [199-?]).

## Descoberta de novos espaços

A necessidade de fugir da vizinha que briga porque estão correndo, do aperto dos becos e da restrição espacial do seu local de moradia favorece a busca das crianças por espaços além dos limites de sua residência, de sua localidade, lugares onde possam vivenciar com liberdade suas brincadeiras. A esses espaços longínquos escolhidos para brincar Fischer ([199-?]) chamou-os de “espaços de errância”; são espaços fora dos limites habituais dos lugares onde vivem. Assim, a errância passa a ser uma nova forma de relação com o espaço, que determina não a pertença ou propriedade do local, mas uma relação provisória de sua utilização.

Dessa forma, o território das brincadeiras é estendido além do entorno de suas casas. Ao brincarem de Polícia e Ladrão, ou Manja Pega, as crianças movimentam-se velozmente pelos becos até chegarem ao “pó”. O lugar que elas chamam de “pó” é o depósito de uma serraria que fica próxima à localidade, onde há um espaço maior onde elas gostam de correr, jogar futebol e soltar papagaio sem serem interrompidas. O que podemos identificar como negativo para a saúde da criança nesse lugar de serragem não se compara a outras dificuldades já comentadas vivenciadas por elas diariamente na localidade. A área da serraria é um lugar de risco, além do “pó” da madeira cortada há também a presença de adolescentes que usam o local para se drogar. Assim, as crianças da localidade, por morarem num ambiente sem lazer, descobrem espaços correspondentes, nos quais brincam conforme esses espaços permitem (Lima, 1989).

Mesmo nesse espaço distante, no qual as crianças vão para realizar atividades diferentes, pode-se verificar uma disputa pelo território por haver uma hierarquia entre os adolescentes que se apossam do espaço e os menores, que por imposição não devem ultrapassar os limites, como fala o menino de nove anos: “*tia, a gente não vai mais lá na serraria, dá muito cheira cola, não dá para brincar, então a gente não vai mas*”. Para as crianças, esse espaço era um lugar para fugir da restrição espacial de sua localidade, no entanto, esse lugar de errância também buscado pelos adolescentes é visto como uma forma de apropriação selvagem por estes, o que acaba se tornando a expressão provisória de um território

privado, que pertence a eles no momento que querem ocupar (Fischer, [199-?]).

Como alternativa, a criança busca espaço na vizinhança, mesmo que tenha que percorrer uma distância relativamente grande e enfrentar alguns obstáculos, seja pela quadra de esporte do conjunto habitacional Tiradentes para suas brincadeiras ou pelas ruas largas e praças do conjunto, que fica a uma distância considerável para crianças de seis a dez anos se locomoverem sozinhas até lá. Para elas é o lugar para “*brincar de muitas coisas*” (menina, dez anos). Pode-se observar que as crianças conhecem peculiaridades não só dos espaços dos becos do entorno, mas também da área da vizinhança imediata e mais distante (Lima, 1989). O fato de a criança da localidade passar a maior parte do tempo nos becos, muitas vezes sem o olhar atento dos pais, faz com que ela adquira autonomia, resolva alguns obstáculos e adversidades sozinha, o que a torna confiante em sua capacidade de explorar novos lugares (Fischer, [199-?]).

Percebe-se que, para essas crianças, ir brincar num conjunto habitacional onde tem praça, quadra e que é conhecido na cidade é, ao mesmo tempo, fazer parte da cidade. As pessoas não têm conhecimento da localidade, mas conhecem o conjunto habitacional Tiradentes. Porém, “*lá tem um lugar para brincar mesmo que esse lugar não seja meu, pois o meu lugar é na localidade, mas lá não tem o que tem aqui*” (menina, dez anos). Dessa forma, a criança faz uso de inserções no espaço do outro, não para tomá-lo, mas para sentir a diferença e consolidar a posse do seu próprio lugar. É evidente que ela faz uma separação entre o seu lugar e o do outro, os quais não se confundem, e ela pode reivindicar o uso enquanto o outro não está usando: “*quando os meninos de lá não estão brincando na quadra a gente brinca. A gente não brinca com eles não, só a gente mesmo, é muito legal*” (menina, dez anos). Essa movimentação no espaço leva a criança a desenvolver a independência aprendendo, com o passar do tempo, a sociabilidade da estrutura espacial, bem como uma liberdade progressiva de ação no espaço onde vive (Fischer, [199-?]; Neto e Malho, 2004). No entanto, vivenciar essa liberdade pode trazer consequências físicas e psíquicas ao seu desenvolvimento, pois as crianças desconhecem o que podem enfrentar longe

do olhar dos pais e vizinhos; nesse imaginário de brincadeira e diversão, podem acontecer acidentes seja atravessando a avenida, jogando bola, correndo; a empolgação é tanta que a atenção se torna mínima (Pinheiro, 2004).

Para elas, a aventura de desbravar fronteiras é contada como ousadia e coragem mesmo que tenha momentos de insegurança e medo. Assim, frases como: “*nós atravessamos a rua e vamos apanhar frutas*”, e “*tem manga, carambola, é muito legal*” (menina, dez anos e menino oito anos) são motivo para se comemorar. Para esses meninos e meninas em situação de risco social e pessoal, ter maior contato com a rua mostra uma sensação de liberdade, porém eles não têm conhecimento da falta de segurança vivenciada em cada aventura praticada na localidade ou fora dela (Oliveira, 2000).

O acesso da criança a sua vizinhança ou, mais precisamente, a distância que a criança percorre até a moradia, os lugares explorados, as razões dessa exploração e sob que circunstâncias, são os indicadores do uso do espaço exterior à moradia; percebemos isso como uma exploração ambiental, onde a criança está realizando um uso unifuncional dos espaços, mas que representa também riscos não controláveis (Rabinovich, 2004).

Os aspectos observados na localidade, de modo geral, em relação à criança que necessita de espaço para brincar, se desenvolver, e os aspectos aglomerados da ocupação irregular, onde nem sempre esse espaço está disponível, já que a restrição espacial vivenciada é concreta, levam, muitas vezes, a um sentimento de exclusão social, de não pertença à cidade. Sendo percebida e sentida em maior grau essa necessidade de ter um lugar para ocupar, que quando chegam do colégio passam a maior parte do seu tempo nos becos reinventando espaços e adequando-os às brincadeiras. No entanto, quando não conseguem mais disputar, a alternativa é arriscar-se na estrada entre os carros que vêm e vão num fluxo contínuo para buscar espaço no espaço do outro. Ou, ainda, é no espaço do outro construído que, por alguns momentos, eles constroem seu imaginário social (Fischer, [199-?]; Pinheiro, 2004).

A criança tem esse espaço ao longe como um objeto do imaginário social que é percebido como o lugar de liberdade, terra prometida, evasão fora

das limitações impostas a ela; o espaço ao longe se torna o lugar do qual ela também pode fazer parte, mesmo que seja por algumas horas, momentos, mas vivenciados da forma de que “*não pertenço aqui, mas é o lugar que eu gostaria de pertencer também*” (Fischer, [199-?]).

## Considerações Finais

Dentro do espaço urbano, os espaços de lazer utilizados pelas crianças tornam-se cada vez mais restritos. As ruas e as praças não são tão seguras como antes, a violência e a individualidade tornaram-se aspectos comuns ao espaço vivenciado nos diferentes bairros, ruas e localidades pertencentes ao espaço urbano.

A criança então passa a lutar por um “pedaço de espaço” para desenvolver brincadeiras, principalmente as que habitam os espaços excluídos da cidade, como as ocupações irregulares, onde os espaços da própria residência são escassos e os de lazer são inexistentes. As crianças de baixo poder aquisitivo que moram nesse espaço aglomerado têm de buscar na criatividade formas de improvisar espaços para brincar e reutilizar o material descartado pelos moradores para criar brinquedos, porém, ao tirarem esse material do igarapé poluído ou do lixo espalhado no beco, desconhecem o perigo de ser debilitadas por alguma doença devido à falta de higiene necessária para a reutilização.

Foi identificado no decorrer da pesquisa que as crianças vivenciam os aspectos do ambiente da organização “dentro do possível”, incorporando-os e utilizando-se de estratégias próprias para adequar os espaços que possuem às brincadeiras. Porém, muitas vezes esses espaços são repletos de riscos para as crianças, que acabam não percebendo, pois a necessidade de brincar é algo maior e concreto.

A forma como incorporam esses aspectos, de uma organização-desorganizada do ambiente de moradia, pode levá-las, mais tarde, a ver a falta de estrutura física e social, a restrição espacial, a poluição dos igarapés e o sentimento de exclusão como fatores pertencentes ao ambiente e a suas vidas. Partindo de uma percepção distorcida que possam incorporar como única, levanta-se a questão: Que processos psicossociais incorporarão e como será

seu comportamento adulto em relação ao ambiente natural e social?. Parece que a elas não é dada a oportunidade de uma vida cidadã digna, mesmo com todas as estratégias e plasticidades, o que vai sendo introjetado será repassado ou reproduzido de geração em geração.

Quando os pequenos espaços da localidade são ocupados por outros, elas sentem a necessidade de explorar novos espaços que possam utilizar por alguns momentos para realizar suas brincadeiras, como ruas, praças e quadras que estão fora dos limites da localidade. Esses espaços de errâncias são explorados e vivenciados como espaços do outro, onde elas conseguem estabelecer os limites sociais da sua apropriação e fixam fronteiras sociais entre elas e os outros.

Tornou-se visível neste trabalho a necessidade das crianças de ter um espaço para brincar mesmo que seja fora dos limites da localidade. A exploração desse novo espaço é algo prazeroso e gratificante. O brincar numa quadra esportiva dentro de um conjunto habitacional conhecido e reconhecido é fazer parte desse contexto também, nem que seja por determinado tempo. No entanto, as adversidades e os riscos enfrentados no próprio espaço de moradia e na busca desse novo espaço para desenvolver suas atividades de lazer não são percebidos. Esse contexto de vulnerabilidade socioambiental mostra as estratégias utilizadas para driblar as dificuldades e desenvolver atividades que fazem parte do desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças, ou seja, as atividades sociais são extremamente importantes, pois favorecem a socialização e a construção da sua identidade social.

Dessa forma, podemos dizer que só por meio de políticas públicas eficientes, com um planejamento voltado para as questões urbanas essenciais, como emprego, saúde, infra-estrutura, saneamento básico e espaços recreativos para as populações carentes, será possível às crianças de hoje tornarem-se adultos saudáveis de amanhã, fortalecendo-as para enfrentar as adversidades futuras.

## Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENTES, N. *Manaus: realidade e contrastes sociais*. Manaus: Editora Valer, Cáritas Arquidiocesana de Manaus, 2005.
- BRUNER, J. S. *Nature and uses of immaturity*. In: BRUNER, J.; JOLLY, A.; SYLVA, K. (orgs). *Play*. Middesex, England: Penguin Books, 1976. p. 134-156.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1.996*. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <[http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Resolucao\\_196\\_de\\_10\\_10\\_1996.pdf](http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Resolucao_196_de_10_10_1996.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2011.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, E. M. R. Urbanização na Amazônia, redes de sociabilidade e problemas ambientais. In: CASTRO, E. M. R. (org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2005.
- FISCHER, G. *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, [199?].
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GOOGLE EARTH . Disponível em: <<http://www.googleearth.com.br>>. Acesso em: jun. 2007.
- CRUZ, P. G.; HIGUCHI, M. I. G. *A criança num ambiente urbano densamente povoado: aspectos de restrição e uso do espaço*. 2008. (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade). Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HIGUCHI, M. I. G. *House, street, bairro and mata: ideas of place and space in an urban location in Brazil*, 1999. Tese (Doutorado em Antropologia social) - Brunel University, Inglaterra, 1999.
- KOTLIARENCO, M. A. El juego como possibilidade de refuerzo a la resiliencia. In: SANTOS, S. M. P. (org.) *Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 33-51.
- LIMA, M. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MIRA, R. G. *La ciudad percibida: una psicología ambiental de los barrios de La Coruña*. Coruña, Universidad de La Coruña, 1997.
- NETO, C.; MALHO, M. J. *Espaço urbano e a independência de mobilidade na infância*, 2004. Disponível em: <[www.fmh.utl.pt/Cmotricidade/dm/textoscn/espacourbano.pdf](http://www.fmh.utl.pt/Cmotricidade/dm/textoscn/espacourbano.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2007.
- OLIVEIRA, Z. M. R. *Educação infantil: muitos olhares*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PIAGET, J. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- PINHEIRO, J. Q. Experiência ambiental de ambientes representados. In: GUNTHER, H.; PINHEIRO, J.; GUZZO, R. S. L. (orgs.). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- RABINOVICH, E. P. Barrra Funda, São Paulo: as transformações na vida das crianças e na cidade - um estudo de caso. In: GUNTHER, H.; PINHEIRO, J.; GUZZO, R. S. L. (orgs.). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu meio ambiente*. Campinas, SP: Alínea, 2004. p. 55-97.
- SILVA, A. C. *O espaço fora do lugar*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SOUZA, N. D. ; OLIVEIRA, J. A. O espaço urbano e a produção de moradia em áreas inundáveis da cidade de Manaus: o igarapé do Quarenta. In: ALECRIM, J. D.; GASNIER, T. R. J.; OLIVEIRA, J. *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: Edua, 2003. p. 81-115.
- VIGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Recebido em: 29/03/2010

Reapresentado em: 01/02/2011

Aprovado em: 03/05/2011